

## *NOVOS CIRCUITOS DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL: A SILVICULTURA DE EUCALIPTO E A FINANCEIRIZAÇÃO ECOLÓGICA.<sup>1</sup>*

Apesar de se veicular a necessidade de expansão da área plantada com eucalipto no estado de Minas Gerais e em outras unidades da federação brasileira, sob o argumento de suprir as “necessidades de produção” dos derivados da madeira, não há disponibilidade de novas terras devolutas.<sup>2</sup> O Estado de Minas Gerais já deteve cerca de 2 milhões de hectares de árvores plantadas, hoje reduzidos a 1.16 milhões, 23.5 % do total do Brasil. Segundo a Associação Mineira de Silvicultura (AMS), a “escassez” de madeira para suprir o setor de siderurgia a carvão vegetal pode levar ao “apagão florestal”, em analogia à crise energética de 2001. O governo de Minas Gerais lançou o desafio do plantio de 120 mil ha de árvores em 2004 e de igual área, anualmente, nos seis anos seguintes. No nível nacional, a proposta do setor é alcançar 11 milhões de ha plantados até 2010. Uma das alternativas para financiar a expansão do setor são os projetos de captura e seqüestro de CO<sub>2</sub> no estado, para a obtenção de créditos de carbono. A criação de uma secretaria-adjunta específica no Ministério da Agricultura é considerada pelos empresários do segmento imprescindível para reforçar o enfoque na produção. “A implementação desta secretaria viria garantir a presença da Produção Florestal na agenda do governo e permitir a inclusão do pequeno, médio e grande produtor rural no mercado florestal, a exemplo do que a EMATER representa para a agricultura e pecuária”.<sup>3</sup>

Todo este esforço do setor se justificaria pelo aumento do preço do carvão vegetal em virtude do aumento da exportação de produtos da cadeia produtiva dependente da madeira e pelas possibilidades de financiamento desta produção oriundas dos “créditos de carbono”.

---

<sup>1</sup> Este artigo é a síntese do Terceiro Capítulo de minha dissertação de mestrado Cf: OLIVEIRA, Maria Diana de. A reprodução do espaço e a prática “política” do movimento ambientalista: um estudo a partir da Associação Mineira de Defesa do Ambiente. Belo Horizonte: IGC – UFMG, 2007, 286 pág.

<sup>2</sup> Na década de 1960 e 1970 aconteceram plantios da ordem de 6 milhões de ha, sendo 2 milhões só no estado de Minas Gerais. Para esta vasta ocupação as terras devolutas foram utilizadas, em detrimento de uma ocupação anterior de posseiros e pequenos proprietários. Estes posseiros e pequenos proprietários ou foram expulsos para as cidades, ou foram trabalhar nas empresas “reflorestadoras” e ainda outros permaneceram margeando estes plantios lutando para ali permanecer e recuperar suas terras.

<sup>3</sup> Segundo a Associação Mineira de Silvicultura (AMS), as plantações florestais se revestem de enorme importância ambiental e socioeconômica em Minas Gerais. Substituem as matas nativas no suprimento de madeira e fazem isso gerando milhares de empregos no campo, protegendo o solo contra erosão e favorecem o ciclo da água. Além disso, purificam o ar retirando o nocivo gás carbônico e liberando oxigênio, contribuindo para a diminuição do efeito estufa, ao qual se atribui o aumento das catástrofes climáticas.

Em Minas Gerais algumas empresas, como a Plantar, já encaminharam projetos de seqüestro de carbono para serem aprovados pelo Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). No âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais foi instaurada em 09/05/2006 a “Comissão Especial sobre o Protocolo de Quioto” e, dentre outros, esta comissão teve como objetivo “sistematizar e socializar as informações sobre o Protocolo de Quioto, especialmente em relação às oportunidades de aplicação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo para a obtenção de créditos de carbono” e “divulgar para as entidades nacionais e internacionais o potencial e as possibilidades de que Minas Gerais dispõe para o desenvolvimento de projetos no âmbito do Protocolo de Quioto”. Um dos setores colocado como de maior potencial é o setor de “florestas”, diga-se, cultivo de árvores, principalmente eucalipto e pinus.

Para legitimar esses novos usos e eliminar os entraves colocados pela sociedade civil dos países centrais, uma das alternativas utilizadas para facilitar a liberação dos “créditos de carbono” são as certificações florestais.

Um grupo de movimentos sociais do campo<sup>4</sup> vem pressionando as instituições para evitar tais plantios, promovendo eventos, passeatas e projetos de lei, como o PL1071/2003<sup>5</sup> encaminhado à ALMG visando a suspensão dos plantios.

Conforme já indicado anteriormente as empresas “agroflorestais” recorrem ao Estado para resguardar que seus processos produtivos adquiram a valorização requerida e aproveitam assim as novas possibilidades para o financiamento dos plantios como os créditos de carbono. Neste sentido, os discursos em defesa de tais cultivos são reforçados. Um dos instrumentos de fortalecimento destes setores, além da atuação do Estado, está na atuação da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA)<sup>6</sup> a qual tem reivindicado a criação em Minas Gerais de uma agência para mediar projetos considerados sustentáveis, como os de crédito de carbono.

Os conflitos têm aumentado nos últimos anos, decorridos principalmente deste processo de expansão experimentada pelo setor florestal e das tentativas de se legitimarem como ambiental e socialmente sustentáveis através de certificação florestal e das propostas de projetos de créditos externos associadas ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, como parte da implementação do Protocolo de Quioto.

---

<sup>4</sup> CAA – Centro de Agricultura Alternativa; alguns sindicatos, Movimento dos Sem Terra, moradores atingidos pelos plantios de eucalipto, integrando a Rede Alerta Contra o Deserto Verde.

<sup>5</sup> PL. 1071/2003. Diário do Legislativo em 18/09/2003, p. 2, 3.

<sup>6</sup> AMBIENTE HOJE. Ambientalista avalia política ambiental. Belo Horizonte, Ano XVI. Janeiro/fevereiro de 2006, p. 3.

O Protocolo de Quioto foi ratificado em 1997, mas seu processo é bem mais longo e se iniciou quando, em 1988, a Organização Meteorológica Mundial (OMM) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) estabeleceram o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC), cujo objetivo era obter informações atualizadas para os formuladores de políticas. Nesse mesmo ano de 1988, a Assembleia Geral das Nações Unidas abordou o tema da mudança do clima<sup>7</sup> e adotou a Resolução nº43/53 sobre a Proteção do clima global. Em 1990, o IPCC lançou Relatório de Avaliação, confirmando que a mudança do clima era, de fato, uma ameaça, e alertou sobre a necessidade de promover um acordo global para tratar do problema. Logo em seguida a Assembleia Geral das Nações Unidas lançou as negociações relativas a uma convenção-quadro sobre mudança do clima, estabelecendo um Comitê Intergovernamental de Negociação. Em 1992 a Convenção foi aberta a assinaturas na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na denominada Cúpula da Terra, e entrou em vigor em 1994. Hoje, 189 países e a União Européia participam da Convenção. Esses países (e esse bloco de países que é a União Européia), denominados Partes, reúnem-se anualmente na Conferência das Partes (COP) para rever a implementação da Convenção e dar continuidade às discussões sobre as mudanças climáticas. A Convenção estabelece como objetivo final a estabilização das concentrações de Gases de Efeito Estufa (GEE) na atmosfera em níveis seguros. Todos os países têm o compromisso de tratar do clima e relatar as ações que estão sendo desenvolvidas para implementar a Convenção. A Convenção divide os países em dois grupos: Países Parte Anexo 1- Países industrializados, considerados maiores responsáveis pela mudança do clima e Países Partes Não Anexo 1- Países não industrializados ou recém-industrializados. Pelo princípio de equidade e responsabilidade sustentado pela Convenção, os Países Partes Anexo 1 devem assumir a liderança na modificação das tendências de mais longo prazo nas emissões e se comprometeram a adotar políticas e medidas nacionais com a meta, sem vinculação legal. Até o ano 2000 retornariam suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) aos níveis de 1990.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> As mudanças climáticas podem trazer conseqüências variáveis. As mais conhecidas se referem ao aumento do nível de água dos oceanos provocado pelo derretimento das geleiras polares em decorrência do aumento médio da temperatura global. Também pode ocorrer redirecionamento de ventos e de correntes marítimas influenciando o ciclo de vida de animais que fazem migrações sazonais.

<sup>8</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.mme.gov.br>> Acesso em junho de 2007.

A Convenção também reconheceu que a assistência financeira e a transferência de tecnologia para que os países em “desenvolvimento” possam tratar da mudança do clima e adaptar-se aos seus efeitos. A Convenção das Partes (COP) realizou onze reuniões. Na primeira COP, realizada em 1995, em Berlim, concluiu-se que os compromissos específicos das Partes – países industrializados levariam a redução das emissões para os índices de 1990. Após dois anos e meio de negociações, durante a COP 3, realizada em 1997, na cidade de Quioto, no Japão, foi aprovado um protocolo com a finalidade de estabelecer mais claramente as metas e identificar os gases a serem controlados. No Protocolo de Quioto, os países industrializados comprometeram-se com metas individuais e com vinculação legal de limitação ou redução de suas emissões de gases de efeito estufa, que representam um corte de 5% em relação aos níveis de 1990 no período de 2008 a 2012. O Protocolo de Quioto não introduz obrigações adicionais para os países em desenvolvimento, e esse foi um dos pontos com os quais o governo dos Estados Unidos não concordou, alegando que países como Brasil, China e Índia, considerados em desenvolvimento, são grandes emissores de Gases de Efeito Estufa (GEE), devendo também ter metas de redução<sup>9</sup>. O Protocolo de Quioto entrou em vigor de fevereiro de 2005, estabelecendo que os países industrializados deveriam reduzir suas emissões de GEE em 5.2% em relação àquelas ocorridas em 1990. O Protocolo também estabeleceu três “mecanismos de flexibilização”, para facilitar que os países alcancem suas metas de redução de emissões de GEE. Dois desses mecanismos – o Comércio de Emissões e a implementação Conjunta de Projetos – são aplicáveis apenas entre os países industrializados. Já o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) é aplicável aos outros países e se relaciona diretamente aos interesses das empresas monocultoras de árvores.

O suposto propósito do MDL é prestar assistência às partes dos países em desenvolvimento para que realizem o “desenvolvimento sustentável” através da implementação de projetos, nesses países, que contribuam para a redução da emissão de gases do efeito estufa ou no aumento da remoção de CO<sub>2</sub>, assim como, por outro lado, prestar assistência aos países industrializados para que cumpram suas metas de redução de GEE. Esta mitigação pode ser feita mediante investimentos em tecnologias mais eficientes, substituição de fontes de energia fósseis por renováveis, racionalização do uso da energia, florestamento e reflorestamento, entre outras. Para efeitos do MDL,

---

<sup>9</sup> Os Estados Unidos não ratificaram o protocolo argumentando que a sua economia seria prejudicada, além de questionarem os estudos científicos sobre o aquecimento global.

entende-se por atividades de projeto as atividades integrantes de um empreendimento que tenham por objeto a redução de emissões de gases de efeito estufa e/ou a remoção de CO<sub>2</sub>. Outro requisito de MDL é que a atividade contribua para o “desenvolvimento sustentável” do país no qual venha a ser implantada. No caso das atividades relacionadas à remoção de CO<sub>2</sub> foi criado um processo de regulamentação, no âmbito da Decisão 17 da COP – 7, para desenvolver definições e modalidades de inclusão das atividades de florestamento e reflorestamento no MDL. A Decisão 19 da COP – 9 regulamenta o seqüestro de carbono dentro do MDL. As Reduções Certificadas de Carbono (RCEs igual a uma tonelada métrica de dióxido de carbono) são calculadas de acordo com o Potencial de Aquecimento Global (Global Warming Potencial - GWP), índice divulgado pelo Painel Intergovernamental de Mudança Climática (IPCC), e que é utilizado para uniformizar as quantidades dos diversos gases do efeito estufa em termos de dióxido de carbono equivalente, possibilitando que reduções de diferentes gases sejam somadas, representam créditos que os países industrializados podem demandar para auxiliar no cumprimento de suas metas de redução de GEE atuais ou futuras. Os participantes de atividades de projeto podem ter como objetivo a comercialização/revenda das Reduções Certificadas de Carbono (RCEs) com expectativa de valorização futura e realização de lucros, em função da demanda das partes que possuem compromissos de redução de emissões. As atividades de projeto de MDL, bem como as reduções de emissões de Gases do Efeito Estufa e/ou aumento de remoção de CO<sub>2</sub> a estas atribuídas deverão ser submetidas a um processo de aferição e verificação por meio de instituições e procedimentos estabelecidos na COP – 7.

A partir da adesão brasileira ao Protocolo de Quioto, em 1997, o Governo Federal vem promovendo vários esforços para estruturar um arcabouço institucional, técnico e regulatório que dê suporte ao planejamento de políticas e ações no âmbito desse acordo.<sup>10</sup>

O enfoque encaminhado coloca como centro desta problemática a diminuição do consumo de energias fósseis e sua substituição por energias renováveis, ainda que os países que possam pagar os créditos continuem a utilizá-las. Esse enfoque dá a entender que qualquer nível de emissões de dióxido de carbono é aceitável, desde que

---

<sup>10</sup> Nesse sentido foram criadas a Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas e o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC). Este último, criado pelo Decreto n.º 3.515, de 20 de junho de 2000, tem por objetivo “conscientizar e mobilizar a sociedade para a discussão e tomada de posição sobre os problemas decorrentes da mudança do clima por gases do efeito estufa, bem como sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)”.

“compensado” através de alguma atividade que absorva CO<sub>2</sub> em qualquer outro ponto do espaço global.

Com certeza a questão energética deve ser objeto de debate de todo modo de reprodução social. Porém, a problemática ambiental não está resumida apenas no aumento dos gases de efeito estufa. Na solução encontrada para esta problemática a produção desigual de carbono é apontada como simples dado da realidade e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) como uma forma “ecológica” de apropriação dos recursos. Entretanto, a intensificação das pressões sobre a terra, a água, enfim sobre as condições para a reprodução dos modos de vida, principalmente dos Países Não Anexo 1 não são colocados para debate. Logo, o centro da crise ambiental não é a questão energética em si, mas a falha “metabólica sociedade-natureza” constituída pelas relações sociais de produção. A solução por dentro da reprodução do capital reitera a problemática ambiental em outros níveis, sobretudo exaurindo as possibilidades de materialização da vida para além das relações de troca abstratas.

Além disso, os estudos da própria ciência natural não estão avançados o suficiente para estabelecer minimamente as quantificações entre as florestas e o seqüestro de carbono. Diversamente do caso do petróleo ou do carvão, que estão embaixo da terra, ou dos carbonatos do fundo do mar, no caso das plantações o carbono armazenado nas árvores é frágil, podendo voltar à atmosfera a qualquer momento, como afirma Larry Lohmann. O próprio Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) concluiu estudo em 1999 indicando que à medida que a Terra começa a esquentar e a respiração aumenta com mais rapidez do que a captura de carbono, essas plantações começam a liberar a maior parte do seu carbono à atmosfera.<sup>11</sup>

Mesmo as questões deste mercado não estão totalmente regulamentadas, já se criou, no âmbito do Banco Mundial, um Fundo de Carbono (Prototype Carbon Fund - PCF)<sup>12</sup>. Enquanto isso, o Banco está desenhando um Mecanismo de Desenvolvimento Limpo com o objetivo de subsidiar o resultante comércio de “créditos de carbono”, através da criação de um banco de carbono ou de uma bolsa de valores de carbono.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> LOHMANN, Larry. *O mercado de carbono: semeando mais problemas*. Documento informativo, campanha Plantações. Montevideu: Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais.1999, p. 7.

<sup>12</sup> Composto por empresas de eletricidade e de governos de países nórdicos cujo objetivo é facilitar a instalação de “mercados globais para investimento em gases de efeito estufa”, e já conta com um pacote de projetos de Países Não Anexo 1.

<sup>13</sup> A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) está destinando recursos para ajudar a criar uma Associação Internacional de Comércio de Emissões com aproximadamente 60 empresas transnacionais e organizações ambientais, cuja função será achar mecanismos para conseguir o funcionamento desse novo mercado. Ibid., 1999, p. 09.

Estas tendências também têm favorecido a criação de instituições, cargos remunerados e prestígio, para um número crescente de profissionais desejosos de pesquisar o tema, certificar e administrar plantações “compensatórias” que, de forma coerente com isso, desempenham um papel fundamental no que diz respeito a gerar confiança na sua eficácia. Consultoras (sobretudo certificadoras) podem obter lucrativos contratos para monitorar e justificar projetos de captura de carbono através de plantios de árvores. Alguns consultores atuam em circuito que inclui prestar serviços às Nações Unidas e fazer lobby na Conferência das Partes e adiantar os seus próprios negócios de projetos de redução de carbono. Seguindo esta tendência, os interessados se organizam para promover a fluidez do mercado de redução de gases de efeito estufa, como o Terceiro Fórum sobre a condição e desenvolvimento do mercado de gases de efeito estufa, ocorrido em Ottawa, Canadá, em outubro de 2003. Também as empresas vêm se apropriando deste ideário de “produção limpa” para reforçar o seu marketing ecológico, muito comum atualmente em revistas de algumas ONGs ambientalistas.

#### *O Conselho de Manejo Florestal - FSC*

Diante das possibilidades abertas pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e das propostas feitas pelas empresas que cultivam eucalipto no sentido de financiar seus plantios com recursos do MDL, organizou-se uma série de ações de resistências à silvicultura a partir dos lugares destes plantios através da produção de relatórios.

Nestes relatórios a atuação da Comissão Pastoral da Terra, do Centro de Estudos e Pesquisas sobre Ambiente e Florestas, do CAA, do GESTA, da FASE e de inúmeros sindicatos de trabalhadores rurais têm sido de extrema relevância para a resistência de diversas localidades. Vale destacar que, a partir de 2002, as lutas em Minas Gerais foram reforçadas pela atuação de alguns membros da FASE-ES que, a convite do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM), encaminharam estudo avaliando a certificação das plantações dentro do FSC de duas empresas que atuam em Minas Gerais.

A constituição da idéia do FSC – Conselho de Manejo Florestal – e do selo surgiu a partir da crescente exigência de consumidores do hemisfério norte de que suas compras de produtos de base florestal não contribuíssem para a destruição e

desmatamento das florestas naturais, mas sim para a sua preservação.<sup>14</sup> O desconforto com a proliferação de rótulos de comércio (sobretudo da série ISO – International Standardization Organization) e de certificação de produtos florestais no mundo teria levado um grupo formado por ambientalistas, entidades da área social, madeireiros, fabricantes de papel e celulose e certificadores a pensar em criar um organismo internacional independente para garantir a credibilidade das certificações, um certificador dos certificadores, que pudesse avaliar, acreditar e monitorar certificadores de produtos florestais. Tal organismo forneceria aos consumidores um conjunto de parâmetros consistentes e confiáveis para a compra de produtos de origem florestal certificados.

A proposta para criação de um Conselho de Manejo Florestal foi feita inicialmente em 1991 e foi sendo estruturada através da constituição de grupos de trabalho ao longo de 1992, em torno dos temas Processo Consultivo, Princípios e Critérios, Carta e Estatutos, Associação e Arrecadação de Fundos. No Brasil, o processo consultivo ocorreu em junho de 1993 e contou com seis workshops em diferentes estados. A Assembléia fundadora do Conselho de Manejo Florestal (FSC) ocorreu em outubro de 1993, em Toronto, com a participação de 134 pessoas de todos os continentes, incluindo empresários, certificadores, consultores, acadêmicos, representantes de governos, ONGs ambientalistas e da área social, movimentos e organizações sociais ligadas às questões indígenas e camponesas. Concluiu-se pela fundação do FSC como uma associação formada por membros e pela eleição de um conselho internacional de diretores formado por representantes dos setores social (quatro pessoas), ambiental (três) e empresarial (duas). Definiu-se pela deflagração de um processo de consulta internacional acerca das propostas de estatuto e estrutura e dos princípios e critérios e manejos sustentáveis para florestas nativas e plantadas, além de processos de consultas nacionais para o estabelecimento de consultas nacionais para o estabelecimento de padrões para certificação e estrutura e estatutos locais, complementares aos estabelecidos para o FSC internacional.<sup>15</sup>

Várias divergências ocorreram durante o evento devido à diversidade dos grupos de interesses, pelos precários acúmulos e informações e pela ausência de critérios de funcionamento. Entre os pontos polêmicos estiveram a questão da

---

<sup>14</sup> Cf. FAILLACE, Sandra. A quem interessa o FSC? In: Leroy, J. P. & Fatheuser, T. W. (Org.) *Certificação Florestal*. Série: Cadernos de Proposta. Rio de Janeiro: Fase SACTES-DEDL/HBS. 1996, p. 17- 25.

<sup>15</sup> Ibid., 1996.



participação empresarial ou não nas instâncias deliberativas do FSC e a adoção de princípios e critérios. Estes últimos foram considerados pela maioria dos presentes - principalmente ONGs e Movimentos Sociais – pouco debatidos, inconsistentes e permissivos, indicando-se que sua aprovação deveria se dar futuramente. A aceitação pela plenária da participação empresarial na direção do FSC, mesmo de forma minoritária, levou a que várias ONGs européias e asiáticas (entre elas Greenpeace, Friends of the Earth, Rainforest Action Network, Cordillera Peoples Alliance e EARTH) se retirassem da assembléia, colocando-se na condição de observadoras do processo.<sup>16</sup>

O debate sobre a constituição efetiva do FSC prosseguiu após sua fundação. Vários Grupos de Trabalho foram formados por integrantes da Assembléia Fundadora, inclusive pelas ONGs que haviam se retirado da mesma e retornaram estrategicamente para influenciar o conteúdo dos estatutos, dos princípios e critérios e do guia para certificadores. O FSC foi estabelecido legalmente ao final de 1994 e, atualmente, tem a sua sede em Oaxaca, México, contando com um diretor executivo<sup>17</sup>.

As sete entidades brasileiras que participaram da Assembléia Fundadora<sup>18</sup> propuseram-se a organizar no Brasil um amplo processo consultivo, divulgando as informações que possuíam e provocar o debate nacional de forma a construir uma posição compartilhada com um leque amplo de ONGs e movimentos sociais quanto à adesão ou não ao FSC. Apresentaram então ao recém-eleito Conselho Internacional do FSC um projeto solicitando recursos para viabilizar o processo consultivo no Brasil. A impossibilidade do FSC Internacional em contribuir naquela ocasião com os recursos solicitados inviabilizou a realização do processo consultivo então pensado, tornando o processo de circulação de informações baseado na rede de circulação de informação já existente. No primeiro trimestre de 1994, novas articulações no Brasil estavam em andamento, capitaneado pelo setor empresarial de produtos de base florestal, o que feria propostas da Assembléia Fundadora.<sup>19</sup>

Sem ter procurado o grupo de trabalho do FSC – Brasil, formado ainda em Toronto, o diretor-executivo do FSC, Timothy Synnott, em reunião ocorrida primordialmente com representantes do setor empresarial, no Instituto de Pesquisas e

---

<sup>16</sup> Ibid., 1996.

<sup>17</sup> Vide princípios do FSC disponível em: <<http://www.fsc.org.br>> Acesso em 15/05/2007.

<sup>18</sup> GTA- Nacional, Núcleo de Direitos Indígenas, Fundação SOS Mata Atlântica, Vitae Civilis, Conselho Nacional de Seringueiros e FASE

<sup>19</sup> FAILLACE, Sandra. Obra citada. 1996.

Estudos Florestais (IPEF), em Piracicaba (SP), em abril de 1994, respaldou a proposta de criação de um outro grupo de trabalho com composição tripartite, o que desrespeitava a proposta votada na Assembléia Fundadora quanto à presença setorial, de haver quatro representantes do setor social, três do ambiental e dois do econômico. Além disso, a proposta também incluía a participação de representantes do governo brasileiro, o que também não estava previsto pela Assembléia Fundadora do FSC. Além destas discordâncias, enviou carta ao Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal anunciando este novo grupo e oferecendo recursos financeiros para viabilizá-lo, desconsiderando o projeto elaborado pelo grupo brasileiro que solicitava recursos para uma consulta ampla no Brasil, solicitação que o FSC Internacional nunca atendeu.

Em dezembro de 1995, o FSC oficialmente credenciou quatro certificadores que, assim, estão autorizados a utilizar o logotipo do FSC em seus processos de certificação de mata nativa.<sup>20</sup> Após a votação pelos membros do FSC do Princípio e Critério 10 para florestas plantadas, ocorrida em janeiro de 1996, estes certificadores ficaram autorizados a certificar também “florestas” plantadas.

#### *Empresas certificadas avaliadas*

Com o objetivo de contribuir no aperfeiçoamento dos princípios e critérios definidores de um “bom manejo”, e com o intuito de aprofundar o debate público a respeito do sistema FSC de certificação florestal, o Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais (WRM) solicitou dois estudos que pudessem avaliar o manejo dos plantios homogêneos já certificados pelo FSC. Um dos estudos foi realizado na Tailândia e o outro no Brasil. No caso brasileiro foi feito estudo da situação da certificação da Plantar S. A. Reflorestamentos e da V&M Florestal, ambas certificadas pelo FSC.<sup>21</sup>

Neste relatório da WRM, especial atenção foi dedicada ao princípio 10 do FSC, que regula as “*plantations*”, e sua especificidade no conjunto dos outros princípios, referentes a florestas propriamente ditas. A idéia de se realizar estudos deste tipo surgiu de uma preocupação, hoje compartilhada por diversos movimentos e organizações socioambientais em relação à certificação de milhões de hectares de plantações uniformes de árvores em nível mundial, em larga escala. Muitos destes movimentos têm questionado a “sustentabilidade” possível diante de milhares de hectares de uma cultura

---

<sup>20</sup>Os certificadores foram: Rainforest Alliance (EUA) com o Programa Smartwood, Scientific Certification Systems (EUA) com o Programa Forest Conservation, SGS – Forestry (Reino Unido) com o Programa Qualifor, e a Soil Association (Reino Unido), como o Programa Responsible Forestry.

<sup>21</sup> Este estudo incluiu desde a análise do documento oficial da certificadora liberando o certificado, à visita a campo nas áreas destas empresas. Coincidentemente, pude presenciar uma audiência pública no município de Curvelo, em que estava em discussão a re-certificação da Plantar S. A. Reflorestamentos.

única e uniforme e dos problemas já vivenciados pelas comunidades. Várias denúncias surgiram contra plantações empresariais certificadas, desde que o FSC incluiu e aprovou o Princípio 10, que trata das “*plantations*”. Mas para discutir melhorias no sistema de certificação de plantações dentro do FSC, é preciso oferecer mais elementos, além de denúncias. Enfim, uma vez instituído, dificultam-se ações instituintes. É neste sentido que surge a idéia de realizar estudos que pretendem mostrar os resultados de uma avaliação de empresas certificadas a partir de um olhar crítico sobre a realidade nos lugares onde as empresas atuam.<sup>22</sup>

Tal estudo<sup>23</sup> enfatiza que muitas plantações já foram certificadas pelo FSC, “enfraquecendo, assim as lutas das comunidades locais para recuperar seus territórios ou restaurar ecossistemas anteriores”, recomendando ao FSC a suspensão de futuras certificações de plantações de árvores com fins industriais em larga escala. Sugerem também que o FSC realize uma revisão completa dos problemas. Na avaliação geral das certificações colocam a necessidade de: discussão interna profunda do próprio princípio 10, o qual se acredita ser altamente responsável pelos problemas tratados no livro; análise das implicações políticas da certificação do FSC em países onde os movimentos dos habitantes locais estão lutando contra as plantações; análise da contradição da certificação de plantações do FSC em países onde proibições de atividades madeireiras estão em vigor ou onde comunidades locais estão lutando para implantar tais proibições, e assim onde as certificações do FSC resultam no enfraquecimento dos esforços das comunidades locais para proteger as florestas; análise do porquê de apenas plantações em larga escala terem sido certificadas.<sup>24</sup>

Este relatório foi divulgado em diversos países e através dele foi possível questionar a sustentabilidade da empresa Plantar S. A. Reflorestamentos, que desenvolveu projeto para aquisição de créditos de carbono. Conforme a empresa, em parceria com o Fundo Protótipo de Carbono (PCF – Prototype Carbon Fund) do Banco Mundial, está implementando o Projeto Plantar.<sup>25</sup> “Ao longo de 28 anos, o Projeto

---

<sup>22</sup>WRM (ORG).Certificando o não-certificável: certificação pelo FSC de plantações de árvores na Tailândia e no Brasil. 2003, p. 129-130.

<sup>23</sup> A equipe brasileira contou com pesquisadores da Articulação do Semi-árido (ASA) – Espírito Santo, da Assessora de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), do Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia e da FASE Espírito Santo e Maria Diana de Oliveira (geógrafa – MG).

<sup>24</sup> WRM (org). Obra citada, 2003, p. 183.

<sup>25</sup> O objetivo geral é “reduzir as emissões de gases do efeito estufa por meio do estabelecimento de plantios de florestas de eucalipto para suprir o uso de carvão vegetal renovável na produção de ferro primário, em vez de coque de carvão mineral ou biomassa não-renovável”.

diminuirá a concentração de CO<sub>2</sub> na atmosfera em aproximadamente 12.8 milhões de toneladas equivalentes”. O Protótipo de Carbono (PCF) já comprou 1.5 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> da Plantar, numa operação pioneira que contou com o apoio financeiro do Rabobank Internacional. Os créditos de carbono passaram a ser uma alternativa estratégica para combater o “déficit” de florestas plantadas no Brasil, também conhecido como “apagão florestal”. Ou seja, a partir da fotossíntese, as florestas plantadas absorvem o CO<sub>2</sub> já existente na atmosfera, estocam o carbono na biomassa e se tornam uma fonte de energia renovável na forma de carvão vegetal. “Para cada tonelada de ferro feita com o chamado carvão vegetal renovável há um ganho ambiental mínimo de três toneladas de CO<sub>2</sub> em comparação ao uso de combustíveis fósseis ou não-renováveis”. É justamente esse “benefício” para o clima que pode ser vendido a investidores internacionais como “reduções de emissões”, a serem abatidas de suas metas junto ao Protocolo de Quioto ou a outros acordos.

Sabendo-se das condições da certificação da Plantar e da credibilidade do selo perante os organismos que liberam os créditos de carbono, foram enviadas cartas<sup>26</sup> aos financiadores do MDL e do FSC denunciando as condições sócio-ambientais verificadas pelo estudo da WRM, bem como questionando o “seqüestro” de carbono indicado pelo projeto.

A certificação FSC da empresa, concedida em 1998 pela certificadora SCS, atinge somente 4.8% de todas as terras da empresa, que correspondem a 280 mil ha<sup>27</sup>, e não garante o “bom manejo florestal”. Além disso, afirmam que os sérios erros da certificadora SCS inviabilizariam a certificação. Um dos pontos mais graves apontados pelo estudo é que nenhuma representação dos trabalhadores, nem das comunidades locais, foi consultada. Também os processos e investigações que a empresa sofre do Ministério Público Federal do Trabalho e da Assembléia Legislativa de Minas Gerais passaram “despercebidos” aos olhos da certificadora.

Apontam ainda que o eucalipto absorve CO<sub>2</sub> para seu crescimento, porém, nunca pode ser utilizado para justificar danos ambientais, sociais, econômicos e culturais nos locais. Além disso, o argumento de que produzir aço com a energia de carvão vegetal seria menos mal para o meio ambiente do que utilizando carvão mineral, considerando a liberação de CO<sub>2</sub> é uma previsão do “fim do mundo”, se olharmos a

---

<sup>26</sup> Assinadas por mais de 50 entidades que reconhecem os problemas enfrentados pelas comunidades das áreas de plantios de eucalipto.

<sup>27</sup> Nas 15 propriedades da empresa a principal atividade é o cultivo de eucalipto para a produção de carvão para abastecer a própria siderurgia.

realidade local. “Não podemos aceitar de jeito algum o argumento de uma atividade ser menos prejudicial que outra, para justificar os graves impactos que a Plantar e suas atividades causam”. Portanto, ressaltam que este projeto não é desenvolvimento limpo.<sup>28</sup>

*Por onde andam as práticas instituintes?*

As discussões relacionadas ao Selo do FSC continuaram por parte dos movimentos utilizando como estratégia dar visibilidade aos problemas vivenciados pelos moradores de áreas certificadas em eventos internacionais.<sup>29</sup> Diante da pressão sobre a direção do FSC buscando mostrar a pressão sofrida pelos moradores locais que expunham a insatisfação com tais plantações o FSC decidiu que nos anos de 2005 e 2006 realizaria um processo de revisão global dos termos de sua certificação. No dia 18 de outubro de 2005 foi feita uma reunião de Consulta Nacional em Belo Horizonte. Para esta reunião foram convidados quatro representantes da Rede Alerta Contra o Deserto Verde (CAA, Núcleo Amigos da Terra/RS, CEPEDS, FASE-ES). Durante o encontro, estes representantes defenderam a proposta de que seria fundamental para este processo ouvir as comunidades impactadas por plantações de árvores, certificadas e não certificadas pelo FSC, e defenderam a não certificação de monoculturas pelo FSC. A partir de uma fala da representante da AMDA, Carlos Dayrel, do CAA, convidou a representante da entidade e demais membros a visitar as áreas de monocultura.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> Para os responsáveis e investidores no PCF. Brasil, 26 de Março de 2003.

<sup>29</sup> Como a “9ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, ocorrida em dezembro de 2003”, quando estiveram presentes moradores de áreas com plantio de eucalipto de Bocaiúva, Rio Pardo de Minas e Curvelo.

<sup>30</sup> Segue alguns diálogos das pessoas que reivindicaram a visita aos locais certificados: Carlos Dayrell (CAA):[...] Bom, a outra questão que eu gostaria de falar, é com a Dalce. Quando ela coloca aqui, o setor florestal é o melhor exemplo de preservação ambiental ela colocou aqui, eu gostaria de fazer a seguinte questão: nós estamos no norte de Minas, nós estamos num mar de degradação, em que os grandes degradadores são os grandes empreendimentos de monocultura de eucalipto e pinus. Então eu gostaria de garantir a presença da Dalce com um representante do IEF, do IBAMA, da promotoria pública e nós vamos amanhã num município do norte de Minas ver lá uma grande destruição que uma empresa reconhecida a nível nacional está fazendo. [...] Podíamos ir lá amanhã. Winne (FASE-ES): Eu queria responder sobre esta ida da consulta ao local, primeiro eu não posso falar em nome das comunidades afetadas, posso até relatar o que já ouvi deles, mas eu acho importante, por tudo que já tem passado nessas comunidades inclusive que vive no entorno de empresas já certificadas de impactos, acho que o FSC tem que ir lá ao local e ouvir, muito diferente do que a gente fazer um documento e encaminhar, acho que vai ficar muito mais rico, e acho que vai ficar muito mais barato e eu acredito do que organizar um encontro aqui na capital, onde vem pessoas de avião, todo mundo no hotel[...]o encontro no norte de Minas na região do Carlinhos, as pessoas podem ir lá e ouvir e coletar sugestões, principalmente sobre os impactos, porque eu percebo que aqui nesse grupo, tem muita gente que lida com plantações, agora tem poucas autoridades, que eu considero autoridades para falar sobre esses impactos, são pra mim as pessoas que convivem com essas plantações no dia-a dia, que tinha lá seu eco-sistema que foi substituído pela plantação, pra dizer o quê que causou na vida dessas pessoas. [...] Então está aí uma segunda sugestão para essa consulta, no sentido também de ouvir o que seria então uma plantação certificável, como é que seria uma plantação que tem benefício para nossa comunidade, não apenas como uma formalidade que atende ao procedimento para chegar à certificação, que até agora tem interessado muito mais às empresas. Essa divergência lá ia muito além da legislação. Acho que o FSC como certificação de plantações tem

Embora tenha sido aprovada a visita às comunidades, o FSC acabou por não conseguir agendar a visita. Entretanto, por iniciativa dos solicitantes foi feita uma reunião e elaborado “Documento para o Grupo Internacional de Revisão dos Princípios e Critérios do FSC para plantações de árvores”<sup>31</sup>, em 25 de março de 2006.

A reunião aconteceu na comunidade de Canabrava – município de Guaraciama, vizinho de Bocaiúva, Minas Gerais. Este município conta com uma das maiores plantações certificadas pelo FSC, da empresa Vallourec & Mannesman Florestal Ltda, desde 1999, uma das empresas avaliadas pelo relatório da WRM, e conseguiu selo através da certificadora SGS para todas as áreas de manejo, totalizando 235.886 ha, dos quais 128.326 com plantios de eucalipto. A reunião foi no dia 25 de março de 2006 e participaram 31 pessoas, sendo dezessete da comunidade de Canabrava e outros quatorze como representantes de comunidades do Alto Rio Pardo, do STR de Rio Pardo de Minas, Montes Claros, além de pessoas da CPT, CAA, Setor de Educação do MST, uma professora e três estudantes de geografia da UNIMONTES e da FUNORTE. Perguntados se eles sabiam o que era FSC, com exceção de uma pessoa da comunidade de Morrinhos, todas as outras dezesseis pessoas da comunidade nunca tinham ouvido falar do FSC. Foi também perguntado se a comunidade sabia que a plantação de eucalipto da V&M Florestal era certificada pelo FSC e nenhum dos presentes também sabia que a plantação era certificada. A partir desta reunião as propostas dos moradores locais foram encaminhadas ao FSC.<sup>32</sup>

Quase um ano depois desta reunião e das denúncias feitas, mesmo assim a empresa continuou certificada. No dia 26 de fevereiro de 2007, um morador da

---

que ser uma coisa totalmente diferente do que é hoje, tem que fazer a diferença de fato [...] isso a gente não concorda, numa posição da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, de certificar plantações de apenas monoculturas.

<sup>31</sup> Documento para o Grupo Internacional de Revisão dos Princípios e Critérios do FSC para plantações de árvores. Disponível em: <[http://www.wrm.uy/paises/brasil/carta\\_revisao\\_fsc](http://www.wrm.uy/paises/brasil/carta_revisao_fsc)> Acesso em 05 de maio de 2007.

<sup>32</sup> 1.O plantio deve ser mais afastado, pelo menos 1000 metros afastados das cabeceiras e nascentes e pelo menos 500 metros afastados das divisas com os moradores.2.Os plantios devem ser feitos de forma que não provoquem assoreamentos.3.Manter o emprego na região de forma contínua e não apenas de forma temporária.4.Os plantios não podem prejudicar os mananciais. Precisa ter um planejamento mais sério, que limite a área cultivada considerando as pequenas bacias hidrográficas locais.5.É preciso garantir terra para os que não têm terra ou têm pouca terra.6.A comunidade deve opinar sobre as áreas que podem ser desmatadas e as áreas que não devem ser desmatadas.7.O rio Canabrava precisa ser recuperado, não apenas com a construção de pequenas barragens, mas com a recomposição das áreas de recarga, cabeceiras e nascentes.8.As áreas em regeneração não devem ser desmatadas e não deve haver restrição de acesso aos moradores para fazerem extrativismo.9.Definitivamente não deve ser utilizado correntão em desmatamento.10. Não deve ser utilizado avião para aplicação de agrotóxicos. 11. A segurança contratada pela firma não deve ameaçar os moradores com armas de fogo e a questão dos denominados “roubo de madeiras” deve ser tratada como uma questão social e não judicial.

comunidade de Canabrava (localidade onde ocorreu esta reunião e foi elaborado o documento encaminhado ao FSC) foi assassinado por um guarda armado da V&M Florestal em área certificada pelo FSC, sob a acusação de roubo de lenha.

Como observado, estes conflitos existem pela eliminação da fonte natural de lenha destes moradores, da destruição e privatização dos meios coletivos de existência. Em virtude deste acontecimento e das pressões feitas pela Rede Alerta Contra o Deserto Verde a empresa pediu suspensão do Selo ao FSC, até que este assassinato fosse esclarecido. O que se percebe deste processo de certificação é que houve uma aposta numa regulação que facilita as perspectivas de mercado das empresas de grande porte, ao mesmo tempo em que propicia a entrada destes setores nos novos circuitos de valorização do capital propiciados pela questão ecológica tal como ela tem sido abordada. As empresas certificadas utilizam o selo para fazer o marketing ecológico como é possível ver em vários anúncios. Por outro lado, vem enfraquecer as perspectivas locais de repensar o espaço voltado para atender o modo de vida destas comunidades. Para tal utiliza-se de dois argumentos ambientais que não são colocados sob suspeição: Um deles é o de que o eucalipto é uma fonte de energia renovável e sob este discurso destrói os ecossistemas locais; o outro argumento é de que diminui o efeito estufa, também sob este alibi são destruídos modos de vida. O que se observa é que o próprio discurso ecológico é ideológico, uma vez que parte de questões concretas para se justificarem, porém com finalidades outras que são verdadeiramente antiecológicas, fazendo parte de um novo momento do processo de valorização do capital.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DOCUMENTO PARA O GRUPO INTERNACIONAL DE REVISÃO DOS PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DO FSC PARA PLANTAÇÕES DE ÁRVORES. Disponível em: <[http://www.wrm.org.uy/paises/brasil/carta\\_revisao\\_fsc.pdf](http://www.wrm.org.uy/paises/brasil/carta_revisao_fsc.pdf)> Acesso em 10 de maio de 2007.

FAILLACE, Sandra. A quem interessa o FSC? In: Leroy, J. P. & Fatheuser, T. W. (Org.) *Certificação Florestal*. Série: Cadernos de Proposta. Rio de Janeiro: Fase SACTES-DEDL/HBS. 1996, p. 17- 25.

LOHMANN, Larry. *O mercado de carbono: semeando mais problemas*. Documento Informativo WRM, 1999.

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. *Comissão Especial sobre o Protocolo de Quioto*. Relatório Final. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://www.almg.org.br>> Acesso setembro de 2006.

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS - WRM. *Certificando o não-certificável: certificação pelo FSC de plantações de árvores na Tailândia e no Brasil*. Montevideu: WRM, 2003.

OLIVEIRA, Maria Diana de. *A reprodução do espaço e a prática "política" do movimento ambientalista: um estudo a partir da Associação Mineira de Defesa do Ambiente*. Belo Horizonte: IGC – UFMG, 2007, 286 pág.